

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.093 - CE (2018/0291186-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : M F C R
ADVOGADO : ANTÔNIO CÉZAR ALVES FERREIRA - CE005031
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 883/885):

ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PEDIDO DE REMOÇÃO DA PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE PARA A SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO (FORTALEZA-CE). PARECER DA JUNTA MÉDICA OFICIAL CONTRÁRIO À REMOÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS EM SENTIDO CONTRÁRIO E DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Apelação interposta por M. C. R contra sentença que julgou improcedente seu pedido de remoção definitiva da PTM Juazeiro do Norte-CE para a PRT da 7.ª Região, localizada no Município de Fortaleza/CE.

2. Cerne da discussão que consiste em saber se a autora/apelante, procuradora do trabalho lotada na Procuradoria do Trabalho no Município de Juazeiro do Norte-CE, tem direito, em face dos problemas de saúde que a acometem, a ser removida, temporária ou definitivamente, para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza-CE, para fins de tratamento de saúde.

3. Alegações da apelante no sentido de que: (a) o convívio familiar e o tratamento realizado por equipe médica de sua confiança são indispensáveis à recuperação de sua saúde, uma vez que seus problemas de saúde se agravaram, chegando a um quadro depressivo grave, caracterizado por anedonia, tristeza contínua, déficits de atenção, concentração e memória, alterações do sono e do apetite, ideia de menos valia e desesperança, de modo que o simples fato de existir infraestrutura médica adequada na cidade de Juazeiro do Norte-CE não autoriza que lhe seja negado o direito à remoção; e (b) a prova

pericial é indispensável à correta solução da lide, e sua negativa importa ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista a divergência de conclusões entre os pareceres médicos acostados aos autos e a segunda perícia oficial, como também em razão da divergência de conclusões entre a primeira e a segunda perícias médicas oficiais.

4. Sentença bem fundamentada, cujas conclusões não merecem reparos, deixando consignado que: - A conclusão a que chegou a Junta Oficial de forma alguma me parece absurda. A condição de saúde da autora, embora possa merecer atenção especializada, não justifica, de per si, sua remoção para a Procuradoria do Trabalho de Fortaleza. - Restou claro, pelo parecer conclusivo emitido, que a cidade de lotação da promovente possui os aparelhos médicos necessários para atender a condição de saúde da mesma, o que permite que a autora desenvolva suas atividades no ofício originário. - Longe de apontarem a inexistência de estrutura médica para atender a autora em Juazeiro do Norte, tais documentos relatam, na verdade, que a remoção da autora para Fortaleza representaria uma situação ideal e não imprescindível.

- Ambos os especialistas que acompanham a promovente não rechaçaram a conclusão da Junta Médica Oficial de que o município de Juazeiro do Norte conta com estrutura médica adequada ao tratamento da autora. A equipe multidisciplinar que se faz necessária ao acompanhamento do estado de saúde da promovente pode, portanto, ser formada por especialistas que atuam em Juazeiro do Norte. - Eventual necessidade de atendimento médico de urgência em face de possíveis acidentes, em relação à qual, diga-se de passagem, todas as pessoas estão sujeitas, também não refuta a conclusão da Junta Médica Oficial, em face do aparelho médico já existente em Juazeiro do Norte. - A decisão proferida no âmbito administrativo não está impondo à promovente, de forma definitiva e inquestionável, o lugar em que deve ocorrer o tratamento de saúde da mesma. Apenas restou atestado que as condições de saúde da promovente permitem a continuidade da realização de suas funções na cidade onde se encontra Ofício da qual é titular sem que tal fato a grave seu estado, uma vez que existe aparato médico suficiente em Juazeiro do Norte. Tal fato não impede, por óbvio, que a promovente também mantenha a equipe médica formada em Fortaleza, mormente considerando que a infraestrutura de Juazeiro do Norte conta com aeroporto com dois voos diários para Fortaleza, o que permite o deslocamento rápido da promovente até a capital sem a utilização da malha rodoviária.- Os episódios depressivos apresentados pela autora também não justificam a remoção da mesma para Fortaleza. A uma, porque tal condição pode ser tratada por equipe médica que atue no Município de Juazeiro do Norte, sem que tal

expediente represente qualquer prejuízo à sua saúde. A duas, porque a presença física da autora nesta urbe não parece ter produzido os efeitos esperados. Se houve agravamento no quadro de saúde da autora no que tange à patologia psiquiátrica que lhe acomete, este certamente não decorreu do fato de a promovente estar distante de sua família, uma vez que, conforme informado pela União, entre 2013 e 2015 a autora não respondeu presencialmente na Procuradoria do Trabalho do Município de Juazeiro do Norte, encontrando-se domiciliada em Fortaleza. - Não se pode olvidar que as condições mórbidas apresentadas pela promovente decorrem de uma patologia congênita, por óbvio já existente quando a mesma ingressou na carreira e que, ao se submeter às regras do certame, a autora assumiu conscientemente os riscos de se separar da sua família. Deste modo, incabível a tentativa de atenuar os efeitos desfavoráveis de tal escolha mediante a deformação do interesse público, consubstanciada na pretensão de ser lotada na cidade em que sua família reside, a despeito de parecer médico contrário emitido por junta médica oficial. - Muito embora o texto constitucional seja pródigo em amparo e proteção à unidade familiar, tal garantia não pode ser interpretada de maneira absoluta, de forma a justificar remoções extralegais, consistentes em verdadeiras burlas à exigência do concurso público. Afinal, cabe aos familiares, em primeiro lugar, zelar pela unidade desse núcleo, pois o Estado nada poderá fazer se os próprios integrantes dessa unidade agem contrariamente à sua proteção e coesão, o que ocorre quando uma pessoa aceita sua nomeação para um cargo público mesmo tendo pleno conhecimento de que seria lotado em cidade diversa de onde residem seus familiares. - A promovente não trouxe aos autos documento hábil a infirmar o parecer médico emitido administrativamente. Por outro lado, as condições de saúde da autora foram levadas em consideração pela autoridade administrativa. A controvérsia reside no entendimento de que a remoção não se faz necessária ante o aparato médico disponível na cidade de lotação da promovente. - Ao perito médico eventualmente nomeado por este Juízo caberia examinar as condições de saúde da promovente e não emitir parecer sobre a estrutura de saúde de mencionada urbe. Para tal intento, a autora poderia ter munido os autos com documentos que refutassem a mencionada conclusão, como, por exemplo, declaração prestada pela Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte. - Verifica-se, assim, a prescindibilidade da realização de perícia médica no presente feito, nos termos do artigo 464, parágrafo 1.º, incisos I e II do novo Código de Processo Civil.

6. Caso em que o laudo da Junta Médica Oficial atesta que os problemas de saúde da autora podem ser tratados

adequadamente na cidade de Juazeiro do Norte, e os atestados médicos apresentados pela autora não demonstram a imprescindibilidade do tratamento em Fortaleza.

7. Tendo o parecer da Junta Médica Oficial afirmado ser desnecessária a remoção da autora para a cidade de Fortaleza, em razão de existir no Município de Juazeiro do Norte aparato médico adequado e suficiente a seu tratamento de saúde, revela-se inócua a realização da perícia judicial, uma vez que ao perito judicial só caberia emitir parecer sobre o estado de saúde da autora, e não sobre a estrutura de saúde da cidade de Juazeiro do Norte.

8. Embora o levantamento do segredo de justiça não tenha sido determinado na apelação, mas, sim, na primeira decisão proferida nos autos do processo originário, defere-se o pedido em face do que dispõe o art. 2º, inciso IV, da Lei nº 10.216/2001.

9. Apelação improvida, tornando sem efeito a decisão que lhe atribuiu efeito suspensivo.

10. Condenação da apelante ao pagamento de honorários recursais, nos termos do art. 85, §11, CPC/2015, ficando os honorários sucumbenciais majorados de 10% para 12% do valor da causa.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 464, caput e § 1º, I, do CPC/2015 e 36, parágrafo único, III, b, da Lei nº 8.112/90. Sustenta, em síntese, o seu "*direito à remoção por motivo de saúde do servidor, independentemente de o local de lotação de origem dispor de infraestrutura adequada ao seu tratamento, especialmente quando o quadro de saúde do servidor envolve enfermidades psíquicas, como é o caso da recorrente*" (fl. 987).

Aduz que, "*na situação da recorrente, os laudos médicos e as próprias perícias médicas local e oficial do MPT afirmaram que o convívio familiar ocasionaria inegável melhora ao seu estado de saúde, sendo indícios de prova de que a sua remoção deveria ter sido renovada, independentemente de o tratamento médico poder ser realizado no Município de Juazeiro do Norte/CE, circunstância que afasta a apelante do convívio com a família. Isso sem falar do fato de que as enfermidades das quais a recorrente padece exigem, por sua própria natureza e delicadeza, um acompanhamento médico diferenciado, que pressupõe, além da notória especialização e experiência dos profissionais, a , tendo em vista que parte das confiança da paciente enfermidades*

possuem natureza psíquica e não apenas de ordem física" (fl. 992).

Conclui pela necessidade de produção da prova pericial para a efetiva comprovação do seu direito à remoção.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que Corte de origem entendeu pela desnecessidade de prova pericial e denegou a remoção pretendida, sob os seguintes fundamentos, **in verbis** (fls. 881/883):

Quanto ao mérito, verifico que a sentença está apoiada em fundamentos sólidos, tendo sido apreciado com profundidade e de maneira exaustiva todas as alegações das partes, não merecendo, por isso, qualquer reparo. Cito, a propósito, os trechos da fundamentação que considero mais relevantes, aos quais me filio integralmente:

- A conclusão a que chegou a Junta Oficial de forma alguma me parece absurda. A condição de saúde da autora, embora possa merecer atenção especializada, não justifica, de per si, sua remoção para a Procuradoria do Trabalho de Fortaleza.

- Restou claro, pelo parecer conclusivo emitido, que a cidade de lotação da promovente possui os aparelhos médicos necessários para atender a condição de saúde da mesma, o que permite que a autora desenvolva suas atividades no ofício originário.

- Longe de apontarem a inexistência de estrutura médica para atender a autora em Juazeiro do Norte, tais documentos relatam, na verdade, que a remoção da autora para Fortaleza representaria uma situação ideal e não imprescindível.

- Ambos os especialistas que acompanham a promovente não rechaçaram a conclusão da Junta Médica Oficial de que o município de Juazeiro do Norte conta com estrutura médica adequada ao tratamento da autora. A equipe multidisciplinar que se faz necessária ao acompanhamento do estado de saúde da promovente pode, portanto, ser formada por especialistas que atuam em Juazeiro do Norte.

- Eventual necessidade de atendimento médico de urgência em face de possíveis acidentes, em relação à qual, diga-se de passagem, todas as pessoas estão sujeitas, também não refuta a conclusão da Junta Médica Oficial, em face do aparelho médico já existente em Juazeiro do Norte.

- A decisão proferida no âmbito administrativo não está impondo à promovente, de forma definitiva e inquestionável, o lugar em que deve ocorrer o tratamento de saúde da mesma. Apenas restou atestado que as condições de saúde da promovente permitem a continuidade da realização de suas funções na cidade onde se encontra Ofício da qual é titular sem

que tal fato agrave seu estado, uma vez que existe aparato médico suficiente em Juazeiro do Norte. Tal fato não impede, por óbvio, que a promovente também mantenha a equipe médica formada em Fortaleza, mormente considerando que a infraestrutura de Juazeiro do Norte conta com aeroporto com dois voos diários para Fortaleza, o que permite o deslocamento rápido da promovente até a capital sem a utilização da malha rodoviária.

- Os episódios depressivos apresentados pela autora também não justificam a remoção da mesma para Fortaleza. A uma, porque tal condição pode ser tratada por equipe médica que atue no Município de Juazeiro do Norte, sem que tal expediente represente qualquer prejuízo à sua saúde. A duas, porque a presença física da autora nesta urbe não parece ter produzido os efeitos esperados. Se houve agravamento no quadro de saúde da autora no que tange à patologia psiquiátrica que lhe acomete, este certamente não decorreu do fato de a promovente estar distante de sua família, uma vez que, conforme informado pela União, entre 2013 e 2015 a autora não respondeu presencialmente na Procuradoria do Trabalho do Município de Juazeiro do Norte, encontrando-se domiciliada em Fortaleza.

- Não se pode olvidar que as condições mórbidas apresentadas pela promovente decorrem de uma patologia congênita, por óbvio já existente quando a mesma ingressou na carreira e que, ao se submeter às regras do certame, a autora assumiu conscientemente os riscos de se separar da sua família. Deste modo, incabível a tentativa de atenuar os efeitos desfavoráveis de tal escolha mediante a deformação do interesse público, consubstanciada na pretensão de ser lotada na cidade em que sua família reside, a despeito de parecer médico contrário emitido por junta médica oficial.

- Muito embora o texto constitucional seja pródigo em amparo e proteção à unidade familiar, tal garantia não pode ser interpretada de maneira absoluta, de forma a justificar remoções extraleais, consistentes em verdadeiras burlas à exigência do concurso público. Afinal, cabe aos familiares, em primeiro lugar, zelar pela unidade desse núcleo, pois o Estado nada poderá fazer se os próprios integrantes dessa unidade agem contrariamente à sua proteção e coesão, o que ocorre quando uma pessoa aceita sua nomeação para um cargo público mesmo tendo pleno conhecimento de que seria lotado em cidade diversa de onde residem seus familiares.

- A promovente não trouxe aos autos documento hábil a infirmar o parecer médico emitido administrativamente. Por outro lado, as condições de saúde da autora foram levadas em consideração pela autoridade administrativa. A controvérsia reside no entendimento de que a remoção não se faz necessária ante o aparato médico disponível na cidade de lotação da promovente.

- Ao perito médico eventualmente nomeado por este Juízo caberia examinar as condições de saúde da promovente e não emitir parecer sobre a estrutura de saúde de mencionada urbe. Para tal intento, a autora poderia ter munido os autos com documentos que refutassem a mencionada conclusão, como, por exemplo, declaração prestada pela Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte.

- Verifica-se, assim, a prescindibilidade da realização de perícia médica no presente feito, nos termos do artigo 464, parágrafo 1.º, incisos I e II do novo Código de Processo Civil.

Ora, se, por um lado, os atestados médicos acostados pela autora não demonstram a imprescindibilidade do tratamento em Fortaleza e, por outro, o laudo da Junta Médica Oficial atesta que os problemas de saúde da autora podem ser tratados adequadamente na cidade de Juazeiro do Norte, em razão de lá existir aparato médico adequado e suficiente para tanto, a realização da perícia judicial seria totalmente inócua.

Como bem destacou o juiz prolator da sentença, não caberia ao médico eventualmente indicado para funcionar como perito judicial emitir parecer sobre a estrutura de saúde da cidade de Juazeiro do Norte, mas apenas sobre o estado de saúde da autora. Desse modo, chega-se à conclusão que a perícia médica realmente não seria o meio adequado para desconstituir as conclusões da Junta Médica Oficial.

Convém asseverar que cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, deferindo ou indeferindo a produção de novo material probante, seja ele testemunhal, pericial ou documental.

A propósito, anatem-se os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DESVIO DE FUNÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. (...).

2. (...).

3. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos.

4. (...).

5. (...).

Agravo regimental improvido.

(**AgRg no REsp 1.387.792/RS**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2013, DJe 18/09/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. DESVIO DE FUNÇÃO NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. (...).

2. Não há cerceamento do direito de defesa quando o Tribunal de origem entende desnecessária à produção da prova oral postulada, porquanto as provas produzidas são suficientes para a formação do convencimento do julgador e para o julgamento antecipado da lide, sendo desnecessária a produção de prova oral. Reconhecer que as provas produzidas eram insuficientes para a formação do convencimento do julgador, exige o reexame do conjunto probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Tendo o Tribunal de origem reconhecido que as tarefas desempenhadas pela autora não eram exclusivas do cargo de Analista Previdenciário, o que descaracteriza o alegado desvio de função, o acolhimento de tese em sentido contrário, a fim de reconhecer a existência do desvio, exige o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado por força da Súmula 7/STJ.

4. (...)

5. Agravo regimental não provido.

(**AgRg no REsp 1.394.093/RS**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 02/10/2013)

Em tal contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à necessidade da prova pericial e o seu direito à remoção pretendida, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido, *mutatis mutandis*:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO

EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA DO CÔNJUGE. CONFIRMAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.

1. No que tange ao art. 36, inc. III, alínea "b", da Lei n. 8.112/1990, as instâncias ordinárias procederam ao juízo de verificação da razoabilidade e proporcionalidade da remoção realizada em caráter liminar, bem como da presença dos elementos necessários para a concessão definitiva de tal provimento.

2. Assim, havendo o acórdão concluído, com lastro em elementos constantes dos autos, pela comprovação das doenças dos dependentes e necessidade da presença do servidor com os genitores, deferindo a remoção definitiva, modificar tal entendimento importaria desafiar a orientação fixada pela Súmula 7 do STJ.

3. Anote-se ser despiciendo considerar a aplicabilidade da teoria do fato consumado à presente espécie, porquanto a situação do servidor removido não é precária, isto é, foi confirmada pela sentença e pelo acórdão recorrido.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 437.560/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 20/02/2014)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO. ACOMPANHAMENTO DE GENITORES ENFERMOS. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com esteio nos elementos de prova coligidos aos autos, entendeu ser legítima a remoção do ora agravado em virtude da situação emergencial relativa à enfermidade de seus genitores. A alteração dessas conclusões, na forma pretendida, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos; contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido.

(AgRg no AREsp 72.149/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 13/03/2013)

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts.

1.029, § 1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

